

# Seguidora de Basaglia está em SP

LINA DE ALBUQUERQUE

Ao chamar a atenção dos participantes do efervescente movimento estudantil de 1968, o (anti) psiquiatra veneziano Franco Basaglia (1924-1980) alistou para a sua batalha contra os manicômios uma combatente de 20 anos, recém-saída dos bancos da Universidade de Bolonha. A socióloga Giovanna Gallio — que está em São Paulo participando de um seminário sobre a psiquiatria italiana na USP — continua sintonizada com as idéias da chamada “psiquiatria democrática”, fundada por Basaglia, cuja atuação na Itália levou à elaboração de uma lei, em 1978, que proibiu a construção de novos manicômios no país.

Após ter acompanhado a derrubada dos muros do Hospital Psiquiátrico de Trieste, tijolo por tijolo, no ano de 1973, Giovanna Gallio tomou parte do processo histórico da remontagem da estrutura do manicômio. O hospital foi totalmente redimensionado. Com seus pavilhões transformados em casas, escolas e creche, ele virou um belo parque aberto — uma parte da cidade, que tem cerca de 240 mil habitantes. Atualmente, Giovanna é pesquisadora dos centros de estudos de saúde mental de Trieste. O antigo hospital converteu-se numa espécie de modelo de tratamento psiquiátrico mas, ao contrário do que se imagina, as lições de Basaglia ainda não foram assimiladas no resto da Itália.

Os atores principais da reforma, explica a socióloga, não foram apenas os “operadores” de saúde mental (que no Brasil recebem o nome de “agentes de saúde”), mas os próprios pacientes, os familiares, os vizinhos. No entanto, ela destaca, alguns “operadores” tiveram dificuldade em elaborar uma nova cultura que interagisse com a família e o contexto social do doente. O Estado, por sua vez, reduziu os recursos destinados à saúde mental depois da criação da lei de 1978. Com a proibição da internação na rede pública, explica a socióloga, as clínicas particulares começaram a proliferar, principalmente do centro para o sul da Itália.



Monica Zarattini/AF

Giovanna Gallio: defesa da “psiquiatria democrática

“Não há nenhum mecanismo de controle sobre o que ocorre no interior de algumas clínicas privadas”, lamenta Giovanna. “Ali ainda impera a violência farmacológica e a doença é tornada crônica.” Os basaglianos, portanto, não encerraram a sua batalha. Mas a luta agora é no sentido de fazer com que essas clínicas cessem com a estrutura vigente, aliando-se ao modelo público, em especial ao desenvolvido em Trieste.

Em sua primeira visita ao Brasil, a socióloga e autora do livro *A Liberdade é Terapêutica* se mostrou empolgada com a recente intervenção pública na Casa de Saúde Anchieta, em Santos. No ano passado, o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds) tomou as ré-

deas desta antiga clínica particular por causa dos maus tratamentos ali constatados. “Percebo que as novas mudanças operadas no setor de saúde mental no Brasil ainda compõem um quadro confuso e instável”, observa. “Mas experiências como a de Santos revelam que se está caminhando para a frente.” Desde que Franco Basaglia esteve no Brasil, em 1979, vários pesquisadores brasileiros têm feito estágios em Trieste. Com uma bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a terapeuta ocupacional Denise Dias, que está desenvolvendo uma tese de mestrado na PUC-SP sobre o processo de desinstitucionalização do Manicômio de Trieste é um dos estagiários que acabam de regressar de lá.

## Brasileiro quer fim de manicômio

O deputado federal Paulo Delgado (PT-MG), que participou ontem do seminário de psiquiatria italiana na USP, elaborou no final do ano passado um projeto de lei que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios no País e a sua substituição progressiva por outros recursos assistenciais.

“Passados 12 anos de existência de ‘Lei Basaglia’”, disse

o deputado, “a ‘desospitalização’ é um processo irreversível em todo o mundo e vem demonstrando ser o manicômio perfeitamente substituível por serviços alternativos mais humanos e menos estigmatizantes”.

Na sua opinião, o hospital psiquiátrico especializado é um recurso inadequado para o atendimento de pacientes com dis-

túrbios mentais. “Seu componente gerador de doença mostrou ser superior aos benefícios que possa trazer.”

Segundo Delgado, os efeitos danosos da política de privatização da saúde no Brasil, nos anos 60 e 70, incidiram violentamente sobre a saúde mental, criando um parque manicomial de quase cem mil leitos remunerados pelo setor público.